

Arquivo Digital



Academia Galega da
Língua Portuguesa

ARQUIVO DIGITAL

ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

<http://arquivo.academiagalega.org>

Conjunto Documental: 2008 - Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, 1.

Título: Dum (assombrado) complexo de Bartleby: *Isto [não] é um livro e eu [não] sou daqui (ou da [im]possibilidade lusófona da Galiza).*

Autoria: Vidal Bouzon, Álvaro J.

Data: 2008.

Revista: *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa.*

Número: 1.

Paginação: 165-178.

Editora: Academia Galega da Língua Portuguesa.

Cidade: Padrão.

Meio Original: Documento eletrónico em PDF, 14 p. de 14,8 x 21 cm.

Proveniência: Joám Evans Pim.

Direitos: Este material foi licenciado com uma licença *Creative Commons*, podendo ser copiado, distribuído, exibido e executado com atribuição da fonte, desde que seja para fins não comerciais, não podendo criar derivações da mesma.

(CC-BY-NC-ND) 3.0, 2011.

**Dum (assombrado)
complexo de Bartleby**

*Isto [não] é um livro e eu [não sou
daqui (ou da [im]possibilidade
lusófona da Galiza)**

Álvaro J. Vidal Bouzon

*A Pastor B., in memoriam;
a Brenda T.; E a Raquel M.*

Alguma vez tem Gabriel Albiac (1997:100-101) evocado, como quem retrata um fantasma, o poeta. E focado, assim, a sua figura da imaginária objetiva que o fixa numa terra nem aquém nem além da Estátua da Liberdade. Depois de ter deixado (em éxodo, acaso, também?) uma França, e uma Europa, persistentemente rendendo a sua alma ao diabo. Na sequência precisa da sua resposta ao funcionário estado-unidense de alfândegas que o recebeu a ele e àqueles peregrinos dos quarenta do mais cruel dos séculos sobre onde iria viver em Nova Iorque: *‘J’habiterai mon nom’*, (Perse, 1960:160) Albiac pergunta(-se): como é possível habitar o próprio nome? E afirma não existir nenhum outro problema político para qualquer que trate de pensar honestamente nos inícios do novo milénio. O título que o poeta deu ao pequeno volume que representa (e desloca, pois) essa experiência refere para nós o estado de tão (des)aprazível maldição: Exil. Quer dizer: *morada. E lar. Sempre.*

Nomes próprios. Dentre as palavras. Que têm? Que há neles? E que fazem? Resta-nos somente invejar Saint-John Perse pela sua coragem não apenas ao criar um para si, mas também por assim o fazer com o intuito de o habitar... além de todo o devir? Além do limiar, isto é, onde Pessoa (& Co.) se detivera(m). Mais do que uma assinatura —uma assinatura riscada. Um altamente

* É, a deste trabalho, uma versão diferentemente desenvolvida de, sobretudo, a parte III da minha tese de doutoramento, inédita (Vidal Bouzon, 2007:237-272).

incómodo e sinistro castelo, sim, como toda e qualquer identidade. Muito provavelmente, também, assombrado. Mas dele. No feitio como na nomeação.

E eu, agora, contudo, gostava de falar em nomes, palavras, língua. E na sua inflação. E na sua falta. Eu, agora, gostava de convidar os leitores a passear comigo pelo lado selvagem desse monstro de tantas cabeças: *a Lusofonia*. Indicarei (indicarei, só: aludindo e elidindo como uma espúria nódoa délfica) umas gentes num lugar que representa(m), mesmo se *a contrario*, o seu início e que invoca(m), ao mesmo tempo, os seus riscos e o seu final. Eu, e outros, dizemos-lhe, *ainda*, “Galiza (espanhola)” —o canto noroeste da Península Ibérica em que a língua portuguesa nasceu, malvive e está agora inclusa em Espanha:¹ um duplo (tão excessivo quanto, embora de jeito diferente, defeituoso) enclave (*vide* Vidal Bouzon, 2006) “cultural”,² digamos. Eu, e outros da Galiza,³ estamos sempre em *exílio* mesmo quando lá estamos. *Nomeadamente* quando lá estamos. Nómadas sem querer. Não em movimento mas obrigados a mudar-nos sem nunca ter ido embora. Aonde? Onde?

Mas eu, claro, estou “perto” de mais dessa situação —que sorte de *eu* ficaria de *min*, de facto, uma vez amputado a ela? A literalidade é âmbito e privilégio só do matemático e, acaso, do poeta. Como a morte, o complexo entramado de linhas de fuga que *n’importe qui* diz (ser) a sua identidade não é verdadeiramente enunciável em primeira pessoa. É *aquém*, antes de *mim*. Nós (eu) podemos (posso) invocar apenas os seus espetros a meio de tropos: metáforas, símbolos. Mitologias. Ou, hoje, sinédoques. Gostava de escrever sobre uma sinédoque, pois. Que aponta para o castelo identitário da Galiza. Todavia, (não) como no caso de Perse, é este nosso e, conseqüentemente, somos livres para dispor dele? Ou, ao contrário, é propriedade da nossa (mal-)assombrada alternativa linguístico-nacionalitária em duplo ligame?⁴ É ele um castelo, sequer? Ou é o castelo somente um precário heterónimo do fantasma do nada? Está o castelo no fantasma e não vice-versa? É a nossa casa, mesmo se sob forma de exílio? Ou é ele exílio, mesmo se sob forma de casa? Ambos? Mas, então, e enfim; exilados, nós, (alguns?) galegos, de que? De quem?

¹ E não, por exemplo, em *Hespanha...* e/ou mesmo em *Hespanya...* e/ou mesmo em *Espainia...* e/ou mesmo em *Hespaña...*

² Sirvam as aspas, pelo momento, para visibilizar a mascarada e atroz face política que a palavra cultura encobre com nada surpreendente frequência.

³ Assim dito; e não, por exemplo, destoutro modo e com estoutra pontuação: “Eu e outros galegos”.

⁴ Sobre a condição de duplo ligame que atenaza os galegos (e, dentre eles, e com particular “pureza”, sobretudo àqueles que se dizem/são ditos “elites nacionais”, “dirigentes nacionais” ou, sem mais, na terminologia revolucionária que o próprio Gil Hernández recupera e cuja “crise” submete a crítica, “notáveis”) *vide* Gil Hernández, 1995 e Gil Hernández, 1996 (sobretudo o Prefácio [1992:7-53]). Tal condição não apenas gera conseqüências identitárias definitivas como também, de algum modo, está na base do fenómeno sociolinguístico e glotopolítico que também Gil Hernández tem careterizado como correlacionamento diglósico deslocado da língua portuguesa na Galiza, e a que me referirei mais adiante.

Num já clássico artigo de Lluís Vicent Aracil (1989) somos golpeados quase desde o início por um muito básico e desassossegante (especialmente para aqueles que pensam à margem e/ou nas margens da Universidade) truísmo deduzido da história de, pelo menos, as línguas indo-europeias — simplificando-o só um bocado e reduzindo-o às suas mínimas variáveis: digamos que duas “línguas” estão “disponíveis” para uma só (do ponto de vista da sua relativa unificação geopolítica) população. Tudo na história desse povo (ou, desses povos?) e da sua relação com as suas (suas?; de quem?) línguas balanceará de um destes polos para o outro.

No início há uma invasão. Há sempre uma invasão ao princípio —ou, para o dizer com maior rigor, não há princípio senão sob a forma de uma invasão. E, com ela, a chegada de outra, a segunda, língua. É claro que questões de relações de poder vão estar imediatamente em jogo. E, pois, que não todas as línguas implicadas vão ter o mesmo valor simbólico e material. Mas, de qualquer maneira, vai haver um tempo durante o qual ambas serão insuficientes (tipicamente: uma é requerida na esfera da domesticidade, do domínio privado, e só nela; a outra, apenas na esfera do domínio público) e, portanto, necessárias. Por mais transicional que esta situação (o primeiro polo referido acima) for, estará sempre à beira de se tornar algo diferente, dependendo da correlação de forças. Porque um segundo polo, ao outro extremo, condiciona o resultado da luta: não há sociedades bilíngues (plurilíngues)... há, só, indivíduos com, normalmente, um certo desequilíbrio no grau do seu bilinguismo (plurilinguismo). Aquelas sociedades, aquelas comunidades com mais de uma língua acabarão inevitavelmente por seguir este caminho: uma das línguas tornar-se-á progressivamente suficiente (usada tanto na esfera privada quanto na pública) ao invadir os âmbitos de uso da outra, que acabará por se tornar *des-necessária*. Tais sociedades, a propósito, habitam um suspenso mas diacrónico *topos*, à vez além e aquém das andersonianas comunidades “imaginadas” (Anderson, 2006): naufragam num excesso da ordem do real (que devém o *locus* da fantasia quando as outras ordens quebram), deambulam por uma ordem do imaginário implosionada (e infantilizada), tudo por (mal) dispor de uma ordem do simbólico (in)acessível (sob condições de paroxísmico duplo ligame).⁵ Tais comunidades são, assim, quotidiana e ampliadamente (re)produzidas na materialidade anímica das suas gentes. Porque, que outra cousa é, de facto, (um)a língua senão (uma) estrutura constituinte de subjectividade?

Evitei até agora qualquer qualificação especificamente política. Opressores e colonizados. Domínio. Soberania. Nação, sobretudo. Ou, na sua hifeni-

⁵ Sobre o estatuto e relações estruturais das três ordens não apenas na teoria psicanalítica de raigame lacaniana *vide* Deleuze (1979).

zada forma moderna: Estado-Nação. Deambulei, assim, pelos prolegómenos da análise. Só isso. Antes de descrever. Não classificar. Não ainda. Terei, no fim, e de algum jeito, que classificar, que julgar? *Ou preferiria não?*

Descrevamos, pois, primeiro.

Em 2003 João Guisan Seixas, muito provavelmente o mais imaginativo dos escritores galegos contemporâneos, publicou *Isto é um livro. Projecto Dicionário Vivo*. O texto é concebido desde o início —ao modo dos velhos, e acaso veneráveis, intuítos vanguardistas— como um “projecto de Projecto” (2003:7) que manteria uma essencial relação com a língua e a escrita mas que potencialmente acabaria por as exceder, atravessando assim as fronteiras da suposta autonomia dos artefatos e práticas culturais. Depois de reconhecer a generalidade ou universalidade do princípio que articula o projeto (“O dito seria de aplicação em muitas Línguas e territórios”) (2003:24), explicitam-se os seus imediatos objetivos práticos, políticos aliás, e circunscreve-se a um caso e território em particular:

[...] mas tudo isto concretiza-se, no caso da Língua Galego-Portuguesa e do território da Galiza e Portugal (cujas circunstâncias e problemáticas inspiraram a ideia do “*Projecto Dicionário Vivo*”, embora possa ser trasladado a outros âmbitos) nos seguintes objectivos:

- Facilitar o conhecimento da Língua Galega culta aos castelhanofalantes da Galiza.
- Facilitar a aquisição de neologismos, termos técnicos, léxico urbano, e outras áreas do vocabulário fortemente castelhanizadas, aos galego-falantes da Galiza.
- Familiarizar de maneira não traumática a toda a população com a escrita histórica e universal da Língua originária da Galiza.
- Contribuir para alimentar a consciência da unidade linguística entre os cidadãos de Galiza, Portugal e países de Língua Portuguesa (2003:24).

É importante assinalar aqui que, através de tal explicitação, o texto se distancia dos comuns objetivos culturais e linguísticos do nacionalismo galego contemporâneo, a cujo meio intelectual pertence o autor. Distancia-se, em concreto, de um desses objetivos: o dito de “normalização linguística”, quer dizer a explícita e discursivamente privilegiada centralidade que para o nacionalismo galego tem conseguido uma situação em que o “galego” seria a única língua social/oficialmente usada na Galiza.⁶ Na textualidade de Isto é

⁶ Designação simbólico-territorial cuja geografia é, aliás, e no mínimo, bastante nebulosa: que faz aí esse “e Portugal” senão à vez e no mesmo gesto marcar —para bem e para mal— e ultrapassar —para revigorar quanto para diluir— uma fronteira?: “Precisamente a maneira de aceder às empresas galegas seria por meio daquelas que dirigem boas (sic) parte das suas actividades a Portugal. Se a marca “*Projecto Dicionário Vivo*” “vendesse” em Portugal disporíamos de uma arma infalível para fazê-las vender também produtos “*Projecto Dicionário Vivo*” na Galiza” (Guisan Seixas,

um livro uma posição em relação ao que tecnicamente a sociolinguística chama de *language planning* é, como muito, implícita — a realização de um “monolinguismo social” em galego não é nunca explicitamente promovida. Por enquanto, uma específica posição na batalha sobre a “qualidade de língua” daquela que se apresenta (ocultando, potanto, *algo mais*; ou, talvez, *algo menos*) sob o nome “galego” é, no campo técnico do *corpus planning*,⁷ claramente formulada: *Isto é um livro*, no espetro político deste fortemente desequilibrado “debate”, *sabe* que o “galego” é ao português o que o “castelhano” é ao espanhol. Que galego é, *ainda*, português.⁸

Ainda: até agora. Neste (fugaz, imensamente fugaz) instante. Porque nada há de imobilidade nem na situação sociolinguística da Galiza sobre a qual o projeto de Isto é um livro gostava de intervir nem, aliás, na formulação mesma desse projeto. Acaso haja uma certa estancação. Pelo menos na primeira. Que induz, aliás, uma certa podridão. Nunca estabilidade. Há, sim, no segundo, pelo contrário, algo que provisoriamente podíamos chamar de gozosa necessidade. Uma sorte de fruição cuja urgente exigência é só percebível e compreensível se uma das “comunidades” de língua identificadas na Galiza sofre um processo de deterioração (por interposição modelizadora da

2003:50). Assim, a modo de exemplo, “[n]ós produzimos uma parte considerável do leite que se comercializa em Portugal. Mas um importador português de leite galego pode realizar a mesma operação que uma central leiteira galega nem vai nunca realizar por motivos políticos (entendendo aqui a política na sua acepção mais ruim). Uma boa parte desse leite empacotado por um importador português com a marca “*Projecto Dicionário Vivo*” pode voltar para a Galiza onde se revenderia para a sua distribuição nos circuitos comerciais” (Guisan Seixas, 2003:49). No fim, se as caixas de leite “podem servir para apreender (sic?) grego ou búlgaro, para atravessar fronteiras tão longínquas, por que não hão-de servir [...] para apreendermos (sic?) a nossa própria Língua e ultrapassarmos uma fronteira, muito mais próxima e mesquinha, que nos separa de pessoas que falam algo mais familiar, e de beleza mais evidente para nós, que a do grego ou do búlgaro?” (Guisan Seixas, 2003:20). *Ultrapassar*, pois, essa fronteira. Ao tempo que, no mesmo gesto, fica subtilmente *marcada*, essa fronteira. Por exemplo: a “operação”, em e de Portugal, para a “distribuição”, no território espanhol da Galiza, daquele leite deveria a *generalización* da marca gráfica (no sentido de *pegada*) — *om* tanto em *Galicia* (quer dizer, em *España*) como, sobretudo, em Portugal? Ultrapassar uma fronteira, dizia Guisan. Mas também, com não pouca e certa ambiguidade, *uma* fronteira que nos separa de pessoas que falam *algo mais familiar*... “Uma”: gramaticalmente, numeral cardinal. Embora, assim mesmo, artigo indefinido; tal como o pronome “algo”: segundo o dicionário, alguma coisa, qualquer coisa... Por que não, então, no limite, *outra coisa*, mesmo se da família? Acaso não é o castelhano “da família” do galego? Ultrapassar uma fronteira, dizia, com razão, Guisan. E escrevi eu: para revigorar como para diluir... *poluindo*? E, em que direções?

⁷ Ou, por fazer uso do termo mais comumente empregue pelos sociolinguistas estudiosos da situação do português da Galiza (incluídos aqueles que explicitamente se dizem nacionalistas galegos), termo, contudo, não carente de inexactidão e ambiguidade em igual medida: “estandardização”.

⁸ “O carácter reintegrationista do Projecto será, porém, especialmente amparado nos Estatutos das sociedades para evitar qualquer intento de desvirtuá-lo [...]. A única condição que lhe pomos é que consideramos que a Língua de que se deve cobrir o território da Galiza é a Língua Galego-Portuguesa, conhecida internacionalmente sob o nome de Português. E admitimos que trabalhem no projecto pessoas que, caso contrário, pouco se importassem com a sorte dessa Língua” (Guisan Seixas, 2003:72).

língua da outra) em termos do correlacionamento entre os seus distintos níveis sociais de uso e a correção linguística apropriada a cada um deles; um correlacionamento, e diferenciação, essenciais para o normal funcionamento de toda e qualquer língua (e, portanto, nem falta faz dizê-lo, para “a sua sobrevivência”), como Gil Hernández tem repetidamente (de)mo(n)strado e ao qual Charles A. Ferguson deu o nome de *diglossia*.⁹ É evidente que tal comunidade não pode ser aquela que o livro-projeto que nos ocupa refere como “os castelhano-falantes”. Depois de tudo *estes* não precisam de um “dicionário vivo”; não apenas porque um tal dicionário está pronto para eles em toda a parte mas, sobretudo, porque ele está inscrito nas atitudes glotopolíticas da população: os olhos deles irão procurar, bem(-)educados, e antes de mais, qualquer texto em “castelhano” (quer dizer, em espanhol). *Estes*, claro, são todos os “castelhano-falantes” *na/da* Galiza e, sobretudo, para o caso, *aqueles de nacionalidade espanhola*.¹⁰ Inclusive, isto é, aqueles nacionais espanhóis *da/na* Galiza que *também* falarem/usarem a “outra” língua *da* Galiza: português (quer dizer, “galego”) —porque, *na* Galiza, talvez seja possível distinguir uma “comunidade” de monolíngues sociais em espanhol. Mas não há *já* nada parecido com uma “comunidade” de monolíngues em “galego” —esses “galego-falantes” que o texto menciona necessitam de espanhol para funcionar “normalmente” em sociedade e, de jeito correlativo, têm o dever constitucional (Art. 3.º da vigente Constitución Española, 1978) de conhecer somente essa dentre as línguas faladas nos territórios delimitados pelas fronteiras do Reino de Espanha. Uma primeira conclusão, pois, por agora: ao contrário do que o esquematismo (acaso política e perversamente [des]necessário?) de *Isto é um livro* sugere, não há (além do inicial e exigível momento heurístico com que regular uma cartografia conceitual e uma lógica operativa que testar na e com a que proceder à descrição do fenómeno) duas comunidades de língua clara e/ou até complementarmente separadas na Galiza espanhola. E isto na medida exata em que há sujeitos forçados a

⁹ Vide a tradução e adaptação para a situação do português da Galiza do seminal artigo de Ferguson em Gil Hernández e Rabunhal (1989). E, sobretudo, prolongando as teses inicialmente delinhadas neste artigo, Gil Hernández (2006); de jeito especial o capítulo 2, intitulado Capítulo fundamental: *conceito de diglossia*, p. 37-49, e, correlativamente, o capítulo 5, que leva por título Capítulo explorante: *diglossia, normalidade, literariedade vanguardista*, p. 73-76.

¹⁰ Para esclarecer o sentido dos termos empregues em relação à questão da nacionalidade, permita-se-me aqui formular uma hipótese apenas em aparente, e muito sucinta, forma silogística: se a condição *nacional* e a condição *cidadã* estão, de algum modo, enfrentadas. Se a segunda se constitui, *simultaneamente*, de *mas face a* o Estado(-Nação), e a primeira *quer* na ou à margem *quer* no coração do Estado-Nação. Um *excesso* da *descomunal* tendência deste a de jeito despótico fazer uso do seu poder como da sua potência erode gravemente a condição *cidadã* mas não necessariamente (um)a condição *nacional*; muito pelo contrário, pode esse ser o caminho da reconfiguração hegemónica e reinscrição ideológica desta. Assim, no Estado espanhol há súbditos (sujeitos) nacionais *na medida em que* a sua (possível) condição *cidadã* é subsumida (e submetida) à(s) sua(s) condição(-ões) *nacional(-ais)*.

pertencer a ambas segundo uma correlação de forças na qual a tendência hegemónica (e não apenas) pode ser sucintamente reduzida à fórmula, consagrada no vigente texto constitucional espanhol: com o castelhano-espanhol (da Galiza) basta; o galego-português (ou português-galego ou português da Galiza) é, sem mais, (i- e des-)necessário. Quer dizer, sobeja e, por isso mesmo, não pode bem ser tornado em supérfluo. Menos ainda redundante.

Esta situação sustenta-se numa desigualdade básica em virtude da qual todos os níveis de uso do “galego”, da língua portuguesa da Galiza (formais, informais, coloquiais; orais e escritos) estão invadidos pela pauta de correção, de *propriedade* linguística do castelhano. O “galego” é, assim, de facto, *defeituoso*. E lembram o que escrevi acima?: a língua é a estrutura constituinte da subjetividade. Quer dizer, da identidade.

Torna-se óbvio, agora, como, como a literalidade do discurso em *Isto é um livro*,¹¹ os destinatários privilegiados dos objetivos deste “livro”-projeto são, em geral, aqueles que *ainda* usam “galego” e, dentre estes, em particular aqueles que quereriam “promovê-lo” socialmente na Galiza espanhola. É, de algum modo, então, um projeto dirigido aos já convencidos. E isso devido precisamente ao facto de a problematização do “language planning” ter sido preterida nele —quem, dentre esses “castelhano-falantes”, estaria interessado em “[conhecer] a Língua Galega culta” (isto é, português) se não há necessidade patente alguma de assim o fazer? Não maior, em todo o caso, que a de conhecer... italiano, romeno... ou, por estabelecer uma analogia *só até certo ponto* mais rigorosa, basco ou catalão. Menos ainda, de facto, porque o texto constitucional espanhol pode (e é, muito conseqüentemente, sim —mas, sobretudo, muito *legalmente*; embora não *necessariamente* de modo *legítimo*) ser invocado para os “proteger” contra qualquer tentativa de lhes “fazer aprender” essas “outras” (tal a displicente e anónima referência que a Constituição espanhola lhes *reserva*) heteróclitas línguas *próprias* (i.e. *particulares, privadas*) face a *única comum* (i.e. *nacional*)... e menos a meio do sistema público/estatal de ensino!

¹¹ Sob a epígrafe “Dos critérios na captação de membros”, o texto crucialmente assim o explicita, após assertar que “Só nom serão admitidas pessoas que pertençam a grupos violentos, xenófobos, racistas ou de qualquer tendência totalitária, ou que defendam atitudes desse género, por nom considerá-las como formas de pensamento, e por tanto (sic) susceptíveis de desfrutar do respeito que merece a livre opinião” (Guisan Seixas, 2003:71-72):

Como se vê, pretende-se evitar qualquer critério de exclusom, afora o já referido [...], e nos critérios estabelecidos nom pretendemos senom dizer que estamos abertos a círculos cada vez mais amplos: em primeiro lugar a membros e militantes de Associações e grupos reintegracionistas, depois a pessoas reintegracionistas, de qualquer tendência ou com qualquer grau de divergência, que nom se sentem identificadas com nenhuma dessas Associações, e em terceiro, e *nom em último lugar*, [o itálico é meu] a pessoas que, ainda nom sendo reintegracionistas ou nom preocupando-se especialmente dos problemas linguísticos do Galego, achariam formoso que um espectáculo social assim se levasse a efeito em qualquer Língua ou país.

Deixem-me, portanto, reformular o primeiro objetivo, mesmo nos seus aparentemente paradoxais termos: “Facilitar o conhecimento da Língua Galega culta aos *português*-falantes da Galiza”. Os objetivos segundo e terceiro são, assim, correlativos de ou desenvolvedores/elaboradores daquele primeiro.

E, todavia, uma muito interessante deslocação sintagmática tem acontecido ao restituir ao texto a sua inscrição paradigmática. Em qualquer discurso político, com certeza no discurso —historicamente apenas “de esquerda”— do nacionalismo galego, a Utopia (assim, com inicial maiúscula) joga um papel (mesmo se sempre desassossegador) sustancial. A Utopia, neste caso, e programaticamente privilegiada entre outras, de uma Galiza (espanhola?; *ainda*?) socialmente monolíngue em português galego. *Isto é um livro*, ao decidir não defrontar (teoricamente ou *doutro jeito*) este condicionamento espaço-temporal começa a perder o sentido, até devir mesmo *uma sorte de agramaticalidade* da qual reconheceríamos e perceberíamos a forma do conteúdo enquanto a forma de expressão nos resultar um tanto esquisita. A Utopia é, aliás, mencionada no texto um par de vezes num par de bem relevantes lugares. Mesmo no início, onde os objetivos do projeto são declarados pela primeira vez (Guisan Seixas, 2003:7):

O livro que tens nas mãos constitui, de facto, o primeiro objecto produzido por ele, de acordo com as leis internas que ao longo do texto se desenvolvem. Um passo tímido, é verdade, mas afinal um passo certo para chegar a esses objectivos que, num excesso de realismo, qualificámos como utópicos.

Porém só restituindo uma inscrição paradigmática que deixe fora (em vez de explicitamente articular um projeto que, por exemplo, faça o português da Galiza necessário para todos, para eles também... quiçá, *para eles nomeadamente*?) a *fração monolíngue (espanhol-falante, portanto) da comunidade* é razoável qualificar aqueles objetivos como utópicos, *politicamente*.

E, depois, no fim do “livro”, num “Corolário acerca da Utopia”:

Sei que todo este Projecto pode parecer [u]m delírio utópico. Razões nom faltam para apoiar esta impressom e, se tenho pretendido ser tão exaustivo, e que tudo aparecesse nele como tão acabado e tão “real”, deve-se precisamente a que talvez eu também o considere uma “ilusom”. A própria Língua é que identifica nesta palavra o impossível e o desejado. Mas o que resulta de veras utópico, considerando realistamente a situaçom hoje em dia em Galiza, é pensar que a Língua se vai salvar se nom acontecer algum milagre como este que proponho (Guisan Seixas, 2003:79).

Não o milagre *da* salvação, claro —o milagre *como* salvação baixo as condições, *em elipse no texto*, que produzem tal realistamente considerada situação sociolinguística na Galiza de hoje em dia. Delírio utópico (mesmo se

é difícil evitar na expressão uma certa suspeita de pleonasmos). Loucura, que precisa de *crítica e clínica* (Deleuze, 1993).¹² Discurso, afinal, cuja imanência pode ser só a inscrição material na e a elisão discursiva do escatológico que regula a limpeza (linguística ou outras) e, no limite, a pureza. Já que no por vezes bastante metafísico prólogo (significativamente intitulado “Anteporjecto” (sic), com azaroso mas apropriado erro tipográfico) a co- e inter-polinização de línguas e culturas é celebrada, a possibilidade mesma do projeto reside em estabelecer as necessárias normas reguladoras para controlar as transferências e os seus efeitos. Uma cousa é enriquecer, criativamente. Outra muito diferente invadir... tão criativamente, talvez. A vida está em jogo. O estar vivo. Como uma comunidade linguística (Lusofonia) *versus*, nomeadamente, outra comunidade linguística (Hispanofonia). Como um dicionário!?

E se fosse, então, o “livro” — não como objeto, ou cousa, mas como um projeto de dicionário vivo— o artefato ou mecanismo realmente utópico? Não é um certo delírio condição expressiva de qualquer estrutura fechada e absolutamente auto-centrada? Um “livro”, que é o primeiro *objeto* criado de acordo com as leis internas, e os meios de produção, que ele mesmo tem desenhado. Uma sorte de auto-ultra-teologia. O discurso de uma vontade perfeitamente autónoma. De um livre alvedrio sem falha. De um Deus —é o mesmo. Ou (a maiúscula é persistente em todo o texto) duma *Língua*. Não se (me) interprete mal, porém; não há ingenuidade alguma na formulação deste projeto:

Um “Dicionário Vivo” seria um objecto impossível, uma quimera. Um “Dicionário Vivo” seria um dicionário em que cada uma das palavras dicionarizadas, em vez de se explicar com outras palavras, se explicaria com a própria cousa. [...] E o “Dicionário Vivo” é um objecto impossível por antonomásia, posto que nom existe um “copo” por antonomásia, um copo que seja compêndio e definição de todos os copos, que nom tenha uma cor, um material, um tamanho específicos que o invalidem para designar todos os copos do mundo. [...]

Mas nom surgem apenas problemas da parte das palavras para as cousas, também as cousas teriam problemas de capacidade com as palavras, pois da cousa nom só se pode extrair o seu “nome”, mas o da sua cor, o da sua forma, o do seu material, o do seu uso, e aliás o número de palavras de um dicionário, por completo que for, é sempre finito e limitado, e o número de cousas do Universo [...], apesar do [que] digam os Físicos, é, polo menos do ponto de vista da nossa limitada capacidade para contar, infinito e ilimitado.

Daí que este Projecto nom se chame “Dicionário Vivo”, mas “Projecto Dicionário Vivo”, porque se trata de um Projecto de Projecto, porque ainda que se levasse à prática (cousa que duvidamos tanto como desejamos) continuaria a ser um Projecto para conseguir uma meta cuja impossibilidade conhecemos a partida: um dicionário do tamanho do Universo, em que cada cousa (ou fenómeno) tivesse ao seu lado a palavra que a designa (Gisan Seixas, 2003:23).

¹² Para os nossos propósitos é de especial interesse consultar o Chapitre X, pp. 89-114.

Uma muita específica variante da borgesiana biblioteca de Babel (Cf. Borges, 1989) —uma na qual o Universo é não a biblioteca mas qualquer das línguas dos livros que esta armazena. Em particular, essa primeira tentativa de enciclopédia: o dicionário. Então, se isso é que é e, ao tempo, é impossível que seja *um dicionário vivo*, que é o que constituiria *um projeto de dicionário vivo*? Ou, nos termos em que põe a questão Guisan, “Que é o ‘*Projecto Dicionário Vivo*?’”:

O “Projecto Dicionário Vivo” é uma tentativa de realizar o “Dicionário Vivo” a pesar (sic) de ser conscientes da impossibilidade do seu acabamento. Daí que, podendo ser perfeitamente um dicionário multilíngue (o modelo de actuação que vamos apresentar seria perfeitamente utilizável em qualquer outra Língua ou grupo de Línguas) pretendamos limitar-nos, por enquanto, a uma Língua e a um território determinados. O “Projecto Dicionário Vivo” é pois todas estas cousas:

- É um “happening” social, uma loucura colectiva consistente na mania de cobrir o mundo de palavras [...].
- É um sistema prático de aprendizado social de uma Língua, em que se pode empregar para com-pensar processos de deterioração, pressões de Línguas que ameaçam a sobrevivência da própria, perdas ou maus usos de determinados campos léxicos (e nom só) e favorecer a permeabilidade linguística e o conhecimento mútuo em comunidades divididas por causa do idioma.
- É uma “festa da Língua” destinada a promover a consciência da Língua Comum entre comunidades linguísticas divididas por razões políticas ou administrativas (Gisan Seixas, 2003:23-24).

Uma tentativa, pois, de totalidade. De *completude*. E uma que é cônica de não poder jamais ir além de tal estágio de tentativa. Uma espécie de versão territorializada de Babel com a torre em permanente, eterna, edificação (a unidade de língua é uma —instável— suposição ou alicerce do projeto todo). Uma espécie de versão, contudo, que desterritorializa a potência simbólica e mesmo mitológica da própria Babel (fazendo quase irrelevante tanto a punição divina da proliferação de línguas quanto o bálsamo de Pentecostes ao declarar *ab initio* que o projeto é perfeitamente impossível de realizar e, portanto, ao declarar a sua precária, ameaçada unidade). Nem nostalgia de um paraíso perdido e descrito na extraviada página de uma enciclopédia de Tlön ou de Uqbar ou, melhor, acaso, de Orbis Tertius (Cf. Borges, 1989a); nem necessidade da mão de Deus. Só a reverberação da humorosa definição que Ambrose Bierce deu do seu próprio projeto na entrada “dictionary” de *The Enlarged Devil’s Dictionary*:

Dictionary, n. A malevolent literary device for cramping the growth of a language and making it hard and inelastic, The present dictionary, however, is one of the most useful works that its author, Dr John Satan, has ever produced. It is designed to be a compendium of everything that is known up to date of its completion, and will drive a screw, repair a red wagon or apply for a divorce. It is a good substitute for measles, and will make rats come out of their holes to die. It is a dead shot for worms, and children cry for it (Bierce, 1989:96).

E “Como se executa na Realidade o ‘*Projecto Dicionário Vivo*’?”:

[...] compreende [...] todas estas frentes ou fases:

- 1.1. Etiquetagem em espaços públicos.
- 1.2. Elaboração, distribuição ou venda de “objectos-etiqueta”.
- 1.3. Etiquetagem ou empacotado geral de produtos.
- 1.4. Elaboração, distribuição ou venda de objectos ideados para de-finir outros conceitos, para além deles próprios (Máquinas de significar).
- 1.5. Realização de “performances” ou actos públicos com idêntico sentido do ponto anterior, quer dizer, para criar significados (Gisan Seixas, 2003:25).

Isto é, desenvolvendo uma série de lúdicas, gozosas, *imaginativas* estratégias que recordam imediatamente os métodos comunicativos usados na sala de aulas para o ensino moderno de línguas *estrangeiras*. E que fazem, para três das cinco “frentes” (termo militar e metáfora política) ou “fases” consideradas, parte da etiquetagem de um considerável número de produtos de consumo comercializados na Península Ibérica —um multilinguismo ao que já se tinha referido o prefácio do “livro”. Em não poucos casos não seria, pois, o nome da cousa o que se necessitaria mas a vontade determinada —ou, melhor, a inquestionada necessidade— de ler na etiqueta a sua versão portuguesa primeiro e antes das outras¹³.

Dirigindo-se, então, e inelutavelmente, aos já convencidos de promover essa específica necessidade, como sugeria antes? Sim e não. Propondo, em rigor, um projeto àquela seção dos “galego-falantes” que já saberiam (embora em diferentes graus ou em processo de completar tal conhecimento) os nomes *corretos* das coisas do Universo em português. Com um alvo: alistá-los no projeto de disseminação desses nomes e significados para os pôr à disposição de aqueles que *ainda* falam a língua e estão dispostos a lutar pela sua sobrevivência na Galiza espanhola. O destinatário deste “livro” quanto *livro* mora nalgum lugar entre a sua textualidade discursiva e o destinatário do “projeto”

¹³ Dá, assim, em ser, *a imaginação*, como quase sempre, “*incapaz de salir del mundo, pero los poetas y los filósofos tienen siempre la esperanza de que no esté enteramente contenida en él: buscan efectos imposibles para definir un concepto enterrado y resulta que, en alguna parte, casi todos los días, esos efectos se producen, y se repiten, sin que nadie aprenda nada en ellos*” (Alba Rico, 1992:6). Os itálicos são todos do autor).

quanto *projeto*. Mas, sabemos-lo, o “livro” é —pelo menos ele assim no-lo diz— o *projeto*. Bom, claro, apenas a *formulação* do projeto, se lermos com atenção. O “livro” é, assim, um projeto *sem a sua projeção*. A julgar pela relação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão, Isto, enfim, *não* é um livro em absoluto. Exatamente na forma em que *Ceci n'est pas une pipe*. Como alguma vez tem sugerido Michel Foucault (1973), invocando a reprodutibilidade da etiquetagem: a mimese sobre a qual toda a identificação descansa não é nunca completada, a mediação é sempre interrupta, o nome não é jamais a cousa. E este “livro” não é um livro. É somente uma cousa que diz que é “um livro”. É um livro riscado linha a linha. Não é senão, como a sua contracapa (*de)mo(n)stra*, a reflexão (*sem espelho*) de um livro.

E uma acabada sinédoque da condição (linguística) dos (duns?) galegos: crendo ser saber a (nossa) ignorância sobre exatamente que língua usam(os), com os nomes de que língua designam(os) as cousas. Unidos a Espanha por uma língua diferente. Separados de Portugal (e da Lusofonia?) pela mesma língua. Mas também de Espanha separados pela “mesma” língua; e a Portugal (e à Lusofonia?) unidos por uma língua “diferente”. Gerindo, em precário, uma (propositadamente incutida) inflação linguística (de espanhol) causada por um severo défice (de português) quando fazem(os) uso de “galego”. Sempre, como Bartleby em Gilles Deleuze (1993:89-114), à beira da agramaticalidade e maniacamente dizendo apenas *através* de um dizer *sem propriedade*. Sendo utentes defeituosos de português¹⁴ e incompletos utentes de espanhol¹⁵. Os (uns?) galegos, forçados, assim, a estar permanentemente (s)em exódo: como António Gil Hernández tem sugerido, potencialmente um perfeito paradigma de submissão, efeito tendencial de um cuidadoso programa de analfabetização dos “galegos” nas (suas?) duas línguas. Projeto para o qual (uma certa formalização de) o português da Galiza se torna¹⁶ instrumento co-necessário (co-oficial, assim mesmo), e *imprescindí-*

¹⁴ Como “defeituosa” a comunidade judia luso-hispana do Amsterdão do século XVII que produziu a fantástica anomalia que chamamos Baruch, ou Bento, Spinoza. *Vide* Negri, 1981.

¹⁵ Como “incompletos” os judeus conversos que a estultícia criminal dos cristãos ibéricos batizou com o injurioso *marranos* —porcos, sim, mas, também, em castelhano, “*los que marran*”: os que erram, aqueles aos que falta, que têm falha ou mancha. *Vide* Albiac, 1987. Especialmente o capítulo II da seção I intitulado Apologia del fallido: la epopeya marrana, p. 49-107.

¹⁶ Em extremamente instável e perversa variante, com muita probabilidade achada em *serendipitas*, do modelo araciliano de explicação dos processos de substituição linguística referido anteriormente (Aracil, 1989). E uma que, pelo menos em aparência, não ocasionaria (nem, o que é talvez mais importante, aspiraria... Outra cousa é que pudesse realmente congelar em tal estado um processo tão atravessado de tensões heteróclitas) à desapareição de (nenh)uma das línguas em contato, mas à deterioração anímica dos indivíduos por esta variante efetados na medida em que *sujeitos* dotados de e determinados por uma condição linguística (ou sujeitos *humanos*, que vem a ser o mesmo). E isto a meio de processos e com intuítos em nada dissimilares dos estudados por Victor Klemplerer (2001). Ou, para o caso do Reino de Espanha contra a Galiza, por Gil Hernández (1986).

vel. Instrumento que (apenas e mal, deste jeito) sobeja, escrevi antes —o “galego”. Instrumento, aliás, susceptível de arriscar a (consistência) acaso não da Lusofonia, mas certamente da sua dimensão portuguesa. Os “galegos”, assim, sempre, e à diferença de Bartleby em Gilles Deleuze, não sendo nem o enfermo nem o *Medicine-man*: só a doença —loucura. Não sendo Bartleby, mas o seu complexo. E não saber (não) sabê-lo.

Galiza ou Galícia? Sei que, no nosso identitário duplo ligame, *preferia não* é a única resposta *racional*. Mas, um tanto paradoxalmente, também a única fórmula *razoável*. E, então, sobretudo, a única palavra de ordem. Sei, assim mesmo, com Alain Badiou, que toda a tentativa de forçar “politicamente” a nomeação de uma comunidade induz um mal desastroso.¹⁷ Por que, pois, essa permanente tentação, como Saint-John Perse escreveu, de ter chegado a “l’heure, ô Poète, de décliner ton nom, ta naissance, et ta race...”? (Perse, 1960:163). *Declinar*, em toda a sua proliferante (e tão ambígua) carga semântica: a seta de Zenão de Eleia está sempre no ar, viajando pelo espaço entre dous pontos infinitamente separados por infinitos intervalos. Acaso a única cousa que possamos fazer seja destruí-la. Eis a cifra da nossa *tragédia*. Eis a cifra da *nossa tragédia*?

Referências

- Alba Rico, Santiago (1992). *iViva el Mal! iViva el Capital!*. Barcelona: Virus Editorial.
- Albiac, Gabriel (1987). *La sinagoga vacía. Un estudio de las fuentes marranas del espinismo*. Madrid: Libros Hiperión.
- Albiac, Gabriel (1997). Transcrição sem título da intervenção do filósofo Gabriel Albiac numa sessão de “Los Encuentros” organizados pela Câmara Municipal de Oviedo (Astúrias) aos 13 e 14 de Dezembro de 1995. In Albiac, G., et al. *50 propuestas para el próximo milenio*. Oviedo: Fundación de Cultura del Ayuntamiento de Oviedo, p. 95-113.
- Anderson, Benedict (2006). *Imagined Communities. Reflections on the Origen and Spread of Nationalism*. Londres-Nova Iorque: Verso.
- Aracil, Lluís V. (1989). Questionário de História contemporânea. *Agália*, n.º 17, p. 5-15.
- Badiou, Alain (1993). *L'éthique. Essai sur la conscience du Mal*. Paris: Hatier.
- Bierce, Ambrose (1989). *The Enlarged Devil's Dictionary*. Londres: Penguin Classics.
- Borges, Jorge Luis (1989). *Obras completas*. Barcelona: Emecé Editores, Tomo I.
- Deleuze, Gilles (1973). A quoi reconnaît-on le structuralisme?. Châtelet, François, Dir. *La Philosophie*. T. 4. Belgique: Marabout, p. 293-329. Primeira edição em Paris: Librairie Hachette, 1973.
- Deleuze, Gilles (1993). *Critique et clinique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Foucault, Michel (1973). *Ceci n'est pas une pipe*. Montpellier: Fata Morgane.
- Gil Hernández, António (1986). Aproximação à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da “filologia oficial” na Galiza. Traços fascistóides no discurso e prática (dos) isolacionistas sobre o galego. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Portuguesa na Galiza*. Crunha: Associação Galega da Língua, pp. 81-126.
- Gil Hernández, António (1995). Para uma história do processo “normalizador” na Galiza: Um “auto” pouco móvel. *Razão de Estado* ou sem-razão estatuída. *Nós*, n.º 41-50, p. 123-146.

¹⁷ Cf. Badiou (1993). Em particular a seção sobre “L’innommable”, p. 71-77.

- Gil Hernández, António (1996). *Silêncio ergueito. Apontamentos sócio-políticos sobre questões aparentemente idiomáticas (Infelizmente certificados apenas dez anos depois)*. Sada: Ed. do Castro.
- Gil Hernández, António (2006). *Temas de linguística política. Seguidos dum avanço de Temas de política linguística. Leves reflexões sobre política Nacional "Espanhola"*. Braga; Crunha: Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2006.
- Gil Hernández, António; Rabunhal Corgo, Henrique Manuel (1989). O conceito de "diglossia", segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação. *Nós*, n.º 13-18, pp. 361-388.
- Guisan Seixas, João (2003). *Isto é um livro. Projecto Dicionário Vivo*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento..
- Kemplerer, Victor (2001 [1947]). *LTI. La lengua del Tercer Reich. Apuntes de un filólogo*. Barcelona: Editorial Minúscula.
- Negri, Toni (1981). *L'anomalia selvaggia. Saggio su potere e potenza in Baruch Spinoza*. Milão: Feltrinelli.
- Perse, Saint-John (1960 [1942]). *Éloges suivi de La Gloire des Rois, Anabase, Exil*. Paris: Gallimard.
- Vidal Bouzon, Álvaro J. (2006). De enclaves e Império: excesso de Estado e defeito de Nação. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 27, n. 36, pp. 159-179.
- Vidal Bouzon, Álvaro J. (2007). *A Galiza (não) é longe daqui... Lendo(-se) em imagens, mirando(-se) em textos* [Tese de Doutoramento em Estudos Lusófonos e Hispânicos e em Teoria Crítica e Estudos Culturais]. Nottingham: Universidade de Nottingham.